

HABEAS CORPUS Nº 570.961 - PI (2020/0080862-3)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : TIAGO VALE DE ALMEIDA
ADVOGADO : TIAGO VALE DE ALMEIDA - PI006986
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
PACIENTE : EDER JERONIMO VAZ DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

DECISÃO

O paciente alega sofrer constrangimento ilegal no seu direito de locomoção, em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Piauí**, no HC n. 0700248-49.2020.8.18.0000.

Neste *writ*, a defesa pretende o reconhecimento da ilegalidade da prisão preventiva, tanto pela ausência dos requisitos necessários para a sua decretação, quanto pelo excesso de prazo para o término da instrução processual.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão ou a concessão de cautelares diversas.

Decido.

Em relação à ilegalidade da prisão, verifico que a matéria não foi tratada pelo Tribunal estadual, por haver sido analisada em habeas corpus anterior.

Ademais, verifico a anterior impetração do **RHC n. 119.158/PI**, com idênticas partes e causas de pedir, feito em que foi indeferida a liminar, em 24/10/2019, e aguarda o julgamento do mérito em momento oportuno.

Assim, além de a ausência de manifestação da instância antecedente sobre o tema no *writ* ora impugnado impedir a apreciação das questões diretamente por esta Corte Superior, sob pena de supressão de instância, **o feito caracteriza a mera reiteração de pedidos.**

Em relação ao pedido de excesso de prazo, em que pese haver sido também tópico do recurso ordinário anteriormente referido, entendo que deve ser analisado, diante do lapso temporal transcorrido e da

nova impetração realizada na origem.

A Corte estadual afastou a apontada demora, pelos seguintes argumentos (fl. 49, grifei):

Conforme informações da autoridade impetrada, **o paciente foi pronunciado em 31/08/2018 e interpôs Recurso em Sentido Estrito em 10/09/2018, o que foi julgado improvido no dia 13/09/2019.**

A Súmula 21 do STJ, estabelece que "pronunciado o réu, fica superada a alegação do constrangimento ilegal por excesso de prazo na instrução".

A mitigação da referida Súmula somente ocorre em casos excepcionais, em que exista ofensa aos limites da proporcionalidade e à razoável duração do processo, o que não é o caso dos autos. Explica-se: **Na espécie, após o trânsito em julgado do Recurso em Sentido Estrito em 23/10/2019, o magistrado singular determinou a inclusão do processo de origem em pauta para julgamento pelo Tribunal Popular do Júri. Ocorre que o advogado da defesa renunciou o seu mandato, sendo realizada a habilitação de novo patrono com nova renúncia, o que ocasionou na retirada do processo da pauta de julgamento.**

Diante da situação fática, o magistrado de 1º grau determinou a intimação do paciente para constituir novo advogado. Assim, verifica-se que é a própria defesa que se encontra retardando o andamento processual, inexistente, pois, ilegalidade a ser sanada.

Tais fundamentos afastam, à primeira vista, a plausibilidade do direito tido como violado, notadamente diante da existência de pronúncia em desfavor do réu, que atrai a incidência da Súmula n. 21 do STJ, além do fato de que a renúncia da defesa ocasionou a retirada de pauta do processo.

À vista do exposto, **indefiro a liminar.**

Já prestadas as informações, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**